

Folha Empresarial

Este suplemento integra a edição de 07 de Julho do jornal "País" e não pode ser vendido separadamente



Presidente do Concelho Directivo: Carlos Henriques | Directora Executiva: Denise Cortês Keyser

Barreiras asfixiantes

O Presidente do Conselho de Gerência da Associação de Comércio, Indústria e Serviços (ACIS), Carlos Henriques, fala das barreiras administrativas que deturpam o ambiente de negócios em Moçambique

LEGISLAÇÃO PUBLICADA NOS MESES DE JUNHO A JULHO

Decreto nº 19/2014 de 7 de Maio de 2014

Actualiza o índice 100 da Tabela de Salários e Remuneração a aplicar aos militares dos quadros permanentes das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM)

Decreto nº 20/2014 de 7 de Maio de 2014

Introduz alterações na estrutura da Tabela Indiciária das Remunerações dos membros da Polícia da República de Moçambique (PRM)

Decreto nº 21/2014 de 7 de Maio de 2014

Actualiza o valor do índice 100 da Tabela de Salários e Remuneração a aplicar aos membros da Polícia da República de Moçambique (PRM)

Despacho de 8 de Abril de 2014

Actualiza as tarifas das Taxas de Ajuda à Navegação (TANAV) cobradas às Embarcações Mercantes, de Pesca e Outras Estrangeiras, bem como as Embarcações nacionais

Decreto nº 18/2014 de 7 de Maio de 2014

Actualiza o valor do índice 100 das tabelas das carreiras de regime geral, regime especial e específicas e das funções de direcção, chefia e confiança do Sistema de Carreiras e Remuneração em vigor no Aparelho de Estado

Decreto nº 22/2014 de 16 de Maio de 2014

Aprova o Regulamento do Licenciamento da Actividade Industrial

Decreto nº 4/2014 de 7 de Fevereiro de 2014

Fixa o valor do subsídio monetário para os beneficiários do Programa Subsídio Social Básico e revoga o Decreto n.º 50/2012, de 28 de Dezembro

Decreto nº 3/2014 de 7 de Fevereiro de 2014

Atribui aos titulares dos órgãos e instituições do Estado competências para procederem a alterações (transferências e redistribuições) de dotações orçamentais em cada nível

Decreto-Lei nº 1/2014 de 22 de Maio de 2014

Regula a aplicação de princípios, critérios, competências e procedimentos para atribuição e alteração de topónimos

Resolução nº 21/2014 de 16 de Maio de 2014

Aprova a Política de Responsabilidade Social Empresarial para a Indústria Extractiva de Recursos Minerais

Resolução nº 89/2013 de 31 de Dezembro de 2013

Aprova a Política e Estratégia dos Recursos Minerais e revoga a Política Geológica e Mineira, aprovada pela Resolução n.º 4/98, de 24 de Fevereiro

Resolução nº 18/2014 de 22 de Abril de 2014

Ratifica os Acordos de Crédito e Donativo celebrados entre o Governo da República de Moçambique e a Associação Internacional para Desenvolvimento (IDA), no dia 24 de Fevereiro de 2014, em Maputo, no montante de USD 3.150.000, (três milhões, cento e cinquenta mil Dólares Americanos), USD 6.500.000 (seis milhões e quinhentos mil Dólares Americanos), USD 36.250.000 (trinta e seis milhões, duzentos e cinquenta mil Dólares Americanos) e USD 9.250.000 (nove milhões, duzentos e cinquenta mil Dólares

Americanos), que se destinam ao financiamento da Fase II do Projecto de Gestão e Manutenção de Estradas e Pontes (Adicional), do Fundo de Estratégia de Clima e o Fundo de Estratégia do Clima-Programa Piloto para Resiliência Climática, respectivamente

Resolução nº 19/2014 de 22 de Abril de 2014

Ratifica o Acordo de Crédito celebrado entre o Governo da República de Moçambique e o Banco Islâmico de Desenvolvimento BID, no dia 23 de Março de 2014, em Maputo, no montante de USD 8.000.000, (oito milhões de Dólares Americanos), que se destina ao financiamento do Projecto de Electrificação Rural a Província do Niassa

Decreto nº 27/2014 de 6 de Junho de 2014

Aprova o Modelo de Declaração de Património

Diploma Ministerial nº 74/2014 de 4 de Junho de 2014

Aprova o calendário das emissões das Obrigações do Tesouro - 2014

Decreto nº 28/2014 de 6 de Junho de 2014

Cria a Zona Económica Especial de Mocuba, que abrange o Distrito de Mocuba e Posto Administrativo de Munhamade, no Distrito de Lugela, Província da Zambézia

Decreto nº 29/2014 de 6 de Junho de 2014

Cria a Zona Franca Industrial de Mocuba, localizada na Cidade de Mocuba, Distrito de Mocuba, Província da Zambézia

Diploma Ministerial nº 68/2014 de 30 de Maio de 2014

Aprova o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos das Actividades-fim da Secretaria Provincial

Diploma Ministerial nº 69/2014 de 30 de Maio de 2014

Aprova o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos das Actividades-fim do Serviço Distrital da Saúde, Mulher e Acção Social

Diploma Ministerial nº 70/2014 de 30 de Maio de 2014

Aprova o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos das Actividades-fim do Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia

Diploma Ministerial nº 71/2014 de 30 de Maio de 2014

Aprova o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos das Actividades-fim do Serviço Distrital de Planeamento e Infra-estruturas

Diploma Ministerial nº 72/2014 de 30 de Maio de 2014

Aprova o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos das Actividades-fim da Secretaria Distrital

Diploma Ministerial nº 73/2014 de 30 de Maio de 2014

Aprova o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos das Actividades-fim do Serviço Distrital de Actividades Económicas

Aviso nº 1/GBM/2014 de 4 de Junho de 2014

Aprova o Regulamento de Cartões Bancários

Decreto nº 30/2014 de 5 de Junho de 2014

Altera a epígrafe da Subsecção IV da Secção II e os artigos 10 e 11 do Regulamento da Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto n.º 56/2004, de 10 de Dezembro

Diploma Ministerial nº 77/2014 de 18 de Junho de 2014

Concernente ao reajustamento do salário para os trabalhadores que desenvolvem actividades integradas no sector 1.- Agricultura, Pecuária, Caça e Silvicultura

Diploma Ministerial nº 78/2014 de 18 de Junho de 2014

Concernente ao reajustamento do salário para os trabalhadores que desenvolvem actividades integradas no sector 2.- Pescas

Diploma Ministerial nº 79/2014 de 18 de Junho de 2014

Concernente ao reajustamento do salário para os trabalhadores que desenvolvem actividades integradas no sector 3.- Indústria de Extracção de Minerais

Diploma Ministerial nº 80/2014 de 18 de Junho de 2014

Concernente ao reajustamento do salário para os trabalhadores que desenvolvem actividades integradas no sector 4.- Indústria Transformadora com a excepção da Indústria de Panificação

Diploma Ministerial nº 81/2014 de 18 de Junho de 2014

Concernente ao reajustamento do salário para os trabalhadores que desenvolvem actividades integradas no sector 5.- Produção, Distribuição de Electricidade, Gás e Água

Diploma Ministerial nº 82/2014 de 18 de Junho de 2014

Concernente ao reajustamento do salário para os trabalhadores que desenvolvem actividades integradas no sector 6.- Construção

Diploma Ministerial nº 83/2014 de 18 de Junho de 2014

Concernente ao reajustamento do salário para os trabalhadores que desenvolvem actividades integradas no sector 7.- Actividades dos Serviços não Financeiros

Diploma Ministerial nº 84/2014 de 18 de Junho de 2014

Concernente ao reajustamento do salário para os trabalhadores que desenvolvem actividades integradas no sector 8.- Actividade Financeira

Diploma Ministerial nº 85/2014 de 18 de Junho de 2014

Estabelece profundidades e distâncias mínimas da costa ou áreas geográficas para a pesca da gamba e da lagosta, por motivos de preservação dos recursos pesqueiros e de gestão das pescarias



ASSOCIAÇÃO DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

PARTE DOS NOVOS MEMBROS

Logo	Empresa	Descrição da Empresa	Contacto – E-mail
	Accenture Mozambique, Lda	A Accenture é uma organização global de serviços de consultoria de gestão, tecnologias de informação e outsourcing, com aproximadamente 281 mil profissionais a servir clientes.	+258 21 48 49 94 paulo.s.pereira@accenture.com
	African Century Real Estate Moçambique, Lda	A African Century Real Estate nasceu em 2012 com o objectivo de investir e desenvolver Projectos Imobiliários na África Subsariana. O objectivo é concentrar o investimento imobiliário no Norte de Moçambique e em Maputo, onde há uma grande procura de escritórios, espaços comerciais e residências.	+258 21 49 85 74 pedro.pinto@africancentury.co.uk
	Ambising, Lda	Ambising, Lda é uma empresa tecnológica de Sistemas de Informação e Consultoria, com soluções de: • Processo e gestão de negócios; • Gestão Documental • Portais (atendimento online) • Soluções Mobile (apoio á atividades no espaço	+258 21 36 08 60 vmatusse@ambisig.com vferreira@ambisig.com

	AON Moçambique	exterior); • Intranet Qualidade • Sistemas de Informação Geográfica; • Soluções de Engenharia e Administração. Municipal para gestão de infraestruturas ferroviárias, rodoviárias, redes de esgotos, redes de telecomunicações, redes de distribuição de água e energia.	
	BPartner, Lda	A BPartner, Lda. é uma empresa que inclui os seguintes serviços: • Aluguer de escritórios; • Prestação de serviços de apoio às empresas; • Consultoria financeira.	+258 21 49 08 54/5 Eddy.chivanga@aon.com

	Carteira Móvel, SA	Carteira Móvel, SA, é a primeira instituição financeira moeda eletrónica em Moçambique, licenciada pelo Banco de Moçambique. Pela nossa parceria com a Mcel, esta permite-nos oferecer o primeiro serviço de moeda eletrónica disponível para a cerca de 5 milhões potenciais subscritores.	+258 822 171 125 chutumia@mkesh.co.mz
	The Corporate Gifts Import & Export	The Corporate Gifts Import & Export é uma empresa que inclui os seguintes serviços: • Material de marketing e publicidade – roupas promocionais, brindes corporativos; • Uniformes – escolares e para pessoal internam, equipamentos de proteção; • Comercialização de todo tipo de papel, prestação de serviços.	+258 21 32 77 25
	Diamond Companhia de Seguros	Diamond Seguros, é uma nova companhia seguradora dinâmica com soluções completas de seguros corporativos e individuais.	+258 21 48 49 32
	Energy Works, Lda	A EnergyWorks reúne mais de meio século de experiência na resolução de problemas em indústrias de nível mundial, em Moçambique e na África do Sul, e oferece um verdadeiro apoio à sua empresa. Juntos, analisamos a situação, identificamos as oportunidades, definimos os desafios, co-desenhamos as soluções e, acima de tudo, retiramos das suas mãos uma parte da implementação.	+258 21 24 4315 emmy.bosten@energyworks.co.mz

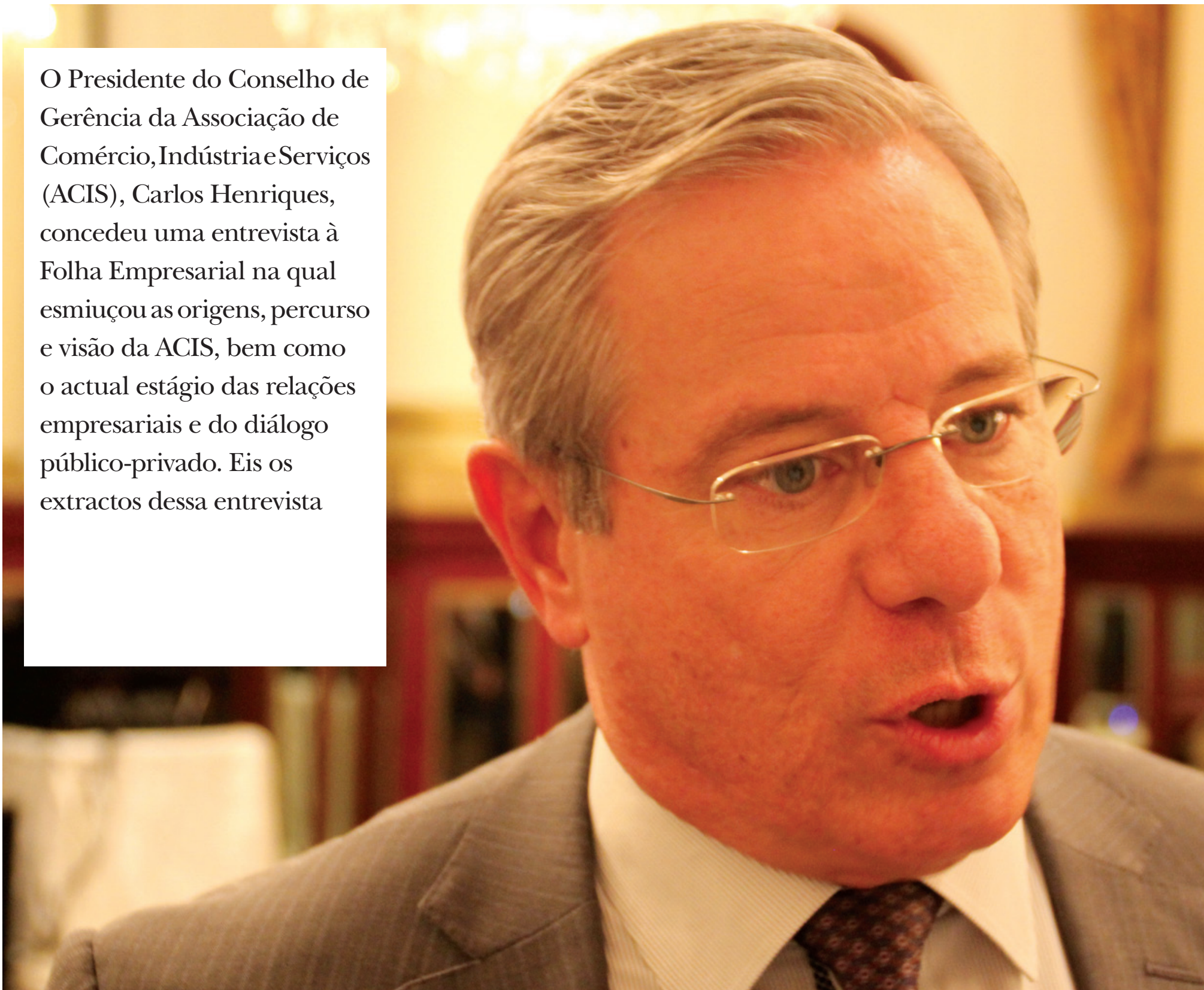
Calendário fiscal - Julho 2014

• Até ao dia 10	Entrega, nas Direções de Áreas Fiscais pelos Serviços Públicos, das receitas por elas cobradas, no mês anterior.
• Até ao dia 20	Pagamento do IRPS e IRPC, retido na fonte relativo ao mês anterior, nº 3 do art. 29 do Regulamento do CIRPS, aprovado pelo Decreto nº 8/2008, de 16 de Abril e nº 5 do art. 67 do CIRPC, aprovado pela Lei nº 34/2007, de 31 de Dezembro
• Até ao último dia do mês	Pagamento do IVA relativo ao mês anterior, pelos sujeitos passivos do regime normal, nº 1 art.32 do CIVA, aprovado pela Lei 32/2007 de 31 de Dezembro.
• Até ao último dia do mês	Pagamento da 1ª Prestação do Pagamento por Conta do IRPS, 2a Categoria, n.1 do art.33 do Regulamento do CIRPS, aprovado pelo Decreto nº 8/2008, de 16 de Abril.
• Até ao último dia do mês	Pagamento da 1º Prestação do Pagamento Especial por Conta do IRPC, nº1 do art. 71 do CIRPC, aprovado pela Lei 34/2007, de 31 de Dezembro.
• Até fim de Junho	Entrega da Declaração Anual de Informação Contabilística e Fiscal do exercício anterior pelos Sujeitos Passivos do IRPS e IRPC – Modelo 20 e Anexos, nº 3 art. 40 do Regulamento do CIRPC, aprovado pelo Decreto 9/2008 de 16 de Abril.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

A enorme carga das bar

O Presidente do Conselho de Gerência da Associação de Comércio, Indústria e Serviços (ACIS), Carlos Henriques, concedeu uma entrevista à Folha Empresarial na qual esmiuçou as origens, percurso e visão da ACIS, bem como o actual estágio das relações empresariais e do diálogo público-privado. Eis os extractos dessa entrevista



Queria ter ideia do que é ACIS?

É uma associação de empresas, possivelmente hoje a maior associação, com 380 membros que pagam quotas, e é dessas quotas que a ACIS vive. Temos desde as grandes até pequenas empresas de cinco a dez empregados. É uma associação que foi constituída na Beira, em 2000, e que evoluiu até chegar a uma associação de nível nacional que abarca todos os sectores de actividade económica.

O que motivou a criação da associação?

Na altura, a associação foi constituída por um grupo de empresários estrangeiros

que tinham enormes dificuldades em fazer negócios, por não conhecerem o quadro legal em que o País funcionava. Esses proprietários de empresas organizaram-se para ter um fórum onde pudessem discutir e entender como fazer negócios em Moçambique. Então, um dos grandes pontos que a ACIS desenvolveu ao longo dos anos é uma área de actividade a que chamamos Quadro Legal, onde publicamos na nossa página web (www.acismoz.com) as principais leis do País, comentadas, para ajudar as pessoas a saber como fazer negócios e que leis se aplicam para fazer tais negócios. Isso foi um dos pontos fortes da ACIS. Depois temos um

sistema de informação aos membros, em paralelo, informando o que está a acontecer no País, quais são as alterações de legislação, procedimentos e outra informação relevante, de forma a permitir que os empresários tenham a informação disponível a todo momento para poderem progredir.

Mas essa actividade era orientada apenas para empresários estrangeiros ou já tinham no vosso corpo alguns moçambicanos?

Começou por ser uma associação com cerca de 10 membros, maioritariamente estrangeiros, mas rapidamente cresceu e

abarcou também empresários moçambicanos, em função da qualidade dos serviços que oferece aos membros. A nossa página tem a legislação em português e em inglês, que é para abarcar tanto nacionais como estrangeiros; a Lei do Trabalho tanto se aplica ao empresário nacional quanto ao estrangeiro. A Lei de Terras, impostos, tudo isto é informação que qualquer empresário precisa ter, independentemente da nacionalidade.

Desafios na altura...

Ter uma face que pudesse representar os empresários nos seus negócios, perante as autoridades administrativas, passan-

reiras administrativas



aquilo que são as actividades administrativas e que representa a ACIS perante o público.

Resultados das actividades iniciais...

Os resultados foram bons, não sei se é verdade agora, mas há anos a nossa página era a mais visitada, por exemplo, por empresários estrangeiros e embaixadas. Isso tinha um impacto muito grande, porque parte dos empresários que vinham investir em Moçambique entravam e tomavam contacto com a legislação sobre como fazer negócios em Moçambique através de nós. Isto deu-nos um estatuto. Outro aspecto importante é a questão de permanentemente informar os membros do que está a acontecer no País, quais são as alterações de legislação que vão acontecer, os desenvolvimentos que vão aparecer, para que as pessoas estejam preparadas. Outra frente onde ainda procuramos ter um maior impacto é a de conseguirmos influenciar políticas e legislação no País, em linha com os interesses e pontos de vista do Sector Privado.

Etapas seguintes...

Como todos, nós temos que nos adaptar às mudanças que estão a acontecer em todo o País. Anualmente, vamos adaptando e programando as nossas actividades de acordo com os desejos dos nossos membros, aplicados à realidade. Por exemplo, para estes dois anos, os grandes desafios a que nos propomos são fazer ligações e vínculos de negócios entre as grandes e as pequenas empresas, promovendo a criação de oportunidades para os nossos membros poderem providenciar bens e serviços a essas grandes empresas. Esta é uma tarefa grande que estamos a desenvolver. Tem muito peso e é o principal trabalho da associação do momento. Outro que está ainda na fase embrionária, mas que é a segunda prioridade para o corrente mandato desta direcção, é o ensino vocacional. Hoje temos enormes dificuldades em encontrar artesãos com qualidade necessária, o técnico de frio, soldador especializado, este tipo de profissões que no passado existiam e que hoje existem porque apenas se aprendem em serviço. Entendemos que deve haver uma formação prática acompanhada de uma formação teórica especializada e mais evoluída.

Materialização dos vínculos de negócios...

Em primeiro lugar, é preciso haver vontade das grandes empresas para se relacionarem com as pequenas. Estamos a trabalhar com as grandes empresas, para que tal se materialize. Depois temos que criar, dar conhecimento aos pequenos de como operar, que qualidade de serviços ter, para se poderem relacionar frutuosamente com os grandes. Há tempos,

A ACIS aceitou integrar o conselho directivo da CTA, eleito há dois meses, na expectativa de poder contribuir com a sua experiência, trazer para a organização a sua forma de trabalhar, atitude e visão que permitam contribuir para um ainda maior desenvolvimento e desempenho da CTA

falávamos com uma das grandes empresas que dizia “Preciso dos pequenos que me possam oferecer pedra, areia, fazer o transporte de cimento para as grandes construções que vou fazer”. Isto parece uma actividade muito pequenina, mas é uma actividade por onde começar, para se poder relacionar com o grande. A outra coisa é produtos agrícolas. Estas pessoas, para fazerem estas grandes obras, empregam dez, quinze mil pessoas, que precisam de ter alimentação lá no local remoto onde estão. Então, uma oportunidade para os produtores agrícolas de determinados produtos poderem relacionar-se com as grandes empresas que fazem a gestão dos seus refeitórios. Tudo isto cresce até haver mais capacidade empresarial e técnica de fazer outras coisas mais à frente na cadeia de valor de que estivermos a falar.

A ligação da ACIS com as pequenas, médias grandes empresas envolve outros actores?

A opinião expressa pelo autor no artigo aqui publicado, não veicula necessariamente o posicionamento da SAL & Caldeira Advogados, Lda.

Ficha Técnica



Propriedade e edição da ACIS
Presidente:
 Carlos Henriques
Directora Executiva:
 Denise Cortês Keyser
Layout e distribuição: Jornal Pais
Endereço: Associação de Comércio e Indústria (ACIS)
 Avenida Poder Popular 264
 Caixa Postal 7
 Tel: +258 23 325997
 Fax: +258 21 019527 - Beira
 Av. Marginal 141/C - Prédio Global Alliance
 2º. Andar - Maputo

Sendo a ACIS uma associação que vive das quotas dos seus membros, para sobreviver, ela precisa de ter receitas que lhe permitam pagar um grupo, embora muito pequeno, de trabalhadores executivos que tomam conta do dia-a-dia da associação. Não temos recursos para, por exemplo, ter especialistas para, por exemplo, tratar de desenvolver vínculos de negócios, mas precisamos de contratar pessoas para o fazer. Então, procuramos actores que estão na praça, organizações de desenvolvimento que estejam preparadas a olhar para o nosso programa e que aceitam e participam connosco, para avançarmos nestas acções que exigem pessoal no terreno para as desenvolver. Para citar alguns exemplos, temos acordos com IPEME, FAN (Fundo do Ambiente de Negócios) e DFID.

Que papel tem cada um destes parceiros?

O IPEME é o organismo do Estado que tem o mandato para promover as PME e nós temos alinhado as nossas acções com aquilo que são as políticas definidas pelo IPEME. A ACIS implementa as suas actividades dentro do quadro de políticas de desenvolvimento das PME desenhadas pelo IPEME. O FAN está a financiar as actividades ligadas ao desenvolvimento de vínculos empresariais, estando com eles, ainda em discussão, a nossa proposta de formação vocacional. O DFID já nos ajudou na área de vínculos empresariais, num curto programa piloto, estando agora a preparar um programa a médio prazo.

Quais os constrangimentos na ligação entre as Grandes e PME?

Há sempre maneiras de resolver as dificuldades. Há constrangimentos, problemas, mas como os podemos ultrapassar? Posso falar de uma empresa agrícola que trabalhou com outros produtores de pequena dimensão e conseguiu fazer a certificação destes. Estes produtores estão acreditados como obedecendo às normas e padrões internacionais, têm uma certificação internacional, o que permite a esta grande empresa agrícola lidar com essas pessoas, fazer o acompanhamento e levar os seus produtos para abastecer as empresas de *catering* que estão a trabalhar em Nacala, Tete, Pemba até Palma. Isto é sempre possível, desde que haja interesse económico em que ambas as partes possam lucrar. É uma verdade, há estas restrições, mas nós não podemos parar, devemos ver como alcançamos outros patamares.

A CTA é dirigida por um conselho directivo e um dos 5 membros do conselho é a ACIS. O que espera da integração na CTA?

A ACIS aceitou integrar o conselho directivo da CTA, eleito há dois meses, na

do pelos conselhos municipais, etc.. Era necessário criar uma frente que pudesse representar esses empresários, para fazer lobbies, para apresentar as suas posições, quer a nível local, na Beira, quer mais tarde a nível nacional. A estrutura é a mais simples possível, portanto, aquilo que nós organizamos foi uma assembleia-geral com dois ou três membros, um conselho fiscal com mais de três membros e um conselho de gerência que inicialmente era formado por três pessoas e, mais tarde, alargado para cinco, e é essa gerência que vela pela gestão da associação, a qual é coadjuvada por um(a) director(a) executivo(a) que toma conta de tudo

expectativa de poder contribuir com a sua experiência, trazer para a organização a sua forma de trabalhar, atitude e visão que permitam contribuir para um ainda maior desenvolvimento e desempenho da CTA. Queremos dizer com isto que temos um trabalho a nível associativo que é grande para Moçambique, que tem contornos próprios, mas é de valor e podemos participar do trabalho da CTA e ter um contributo positivo.

O que esperam colher?

O facto de fazermos parte do conselho directivo da CTA dá à ACIS a possibilidade de mais activamente advogar a favor de políticas que favoreçam o ambiente de negócios. E estar presente na CTA trará mais visão àquilo que fazemos e seremos olhados como uma das associações importantes de Moçambique e com um papel a desempenhar.

Barreiras administrativas. Essa é uma das grandes preocupações do Sector privado.

Sim! Temos que olhar para este assunto de várias perspectivas. Por exemplo, estamos a falar do início, em 1994 quando tivemos as primeiras eleições gerais e multipartidárias, e a passagem da economia socialista, com objectivos e legislação próprias, para uma economia de mercado. Em 95/96, decidiu-se que havia muitas barreiras ao desenvolvimento do sector privado e iniciou-se um processo de diálogo entre o Governo e o embrião da CTA, para fazer reformas profundas que permitissem ajustar as políticas àquilo que era a nova orientação económica do País. O objectivo era definir quais eram as áreas que tinham de ser melhoradas. O sector privado, ou seja, a actividade dos operadores comerciais existe para criar riqueza e postos de trabalho. Este é o objectivo final. Temos que desenvolver a economia para criar riqueza e mais postos de trabalho. Acontece que os primeiros anos eram de muito entusiasmo, havia muita vontade de alterar as leis que dificultavam o desenvolvimento dos negócios, mas este entusiasmo foi-se esvaindo ao longo dos anos pela lentidão dos resultados e das reformas, estas na sua maioria de pequena dimensão. Nos últimos dez anos, aquilo que aconteceu foi o Estado aceitar fazer pequeninas reformas deste ponto ou daquele e adiar as reformas profundas e globais de que a economia moçambicana precisa.

E?

Nós começámos por olhar para aquilo que são as actuações visíveis do Estado na economia. Falamos do reembolso do IVA, as empresas estão a financiar o Estado. Os reembolsos estão atrasados dois anos, criando enormes dificuldades aos operadores comerciais, porque não é este o jogo. Tem de haver vontade e dizer que o IVA não pode ficar parado na AT e ser pago daqui a dois ou três anos. Tem que ser pago entre 30 a 60 dias depois de ter sido deduzido. O mesmo acontece com o pagamento aos fornecedores do Estado. Todos nós sabemos a dor de cabeça dos fornecedores de bens e serviços ao Estado, o tempo que demoram a ser pagos. Quanto maior forem as obras, maiores montantes, pior. E a questão dos scan-



Precisamos de ter um ambiente de negócios onde todos nós podemos participar. Este é um assunto de âmbito nacional e a CTA é uma das peças apenas. A sociedade civil, a CTA, o Governo, a Renamo, todas as forças vivas da sociedade. Temos que encontrar formas de poder sentar e discutir isto.

ners, que fiscalizam as mercadorias que entram no País? Com certeza. Esse é papel do Estado. O Estado tem de suportar essa sua actividade e não podem ser os operadores comerciais a pagar por isso. Isso é papel do Estado. O Estado é que deveria suportar esta despesa.

Tem outra área que exige a mesma visão?

Temos o caso da Janela Única, que é um mecanismo que devia dar uma grande rapidez ao desalfandegamento das mercadorias, mas, da mesma forma, é para principalmente o Estado ter um controlo permanente e constante daquilo que são as receitas fiscais que vai cobrar com as importações. Esse papel é do Estado e deveria ser pago pelo Estado, mas hoje é o operador comercial que suporta este custo. São itens que nitidamente prejudicam a actividade comercial, isto é, empolam os nossos custos e é muito mais difícil desenvolver quando tenho estes custos elevados que não posso passar a terceiros.

Concorda com as conclusões do estudo que indicam que há poucos avanços no que se refere à remoção das barreiras?

Concordo perfeitamente. Vamos ver, hoje, nós temos todos os departamentos no Estado que sentem que devem fazer controlo, inspecção de qualquer empresa, de qualquer nível que seja. Aquilo que devíamos olhar era: qual é o benefício que a empresa tem com estas inspecções constantes e permanentes? O que aconteceu é que nós, como País, perdemos a perspectiva de que estes organismos deviam estar lá para auxiliar a empresa a crescer, criar riqueza e empregar mais pessoas. Mas não, hoje, estamos ali para responder a questões que não beneficiam em nada a vida das empresas. Antes pelo contrário, constituem barreiras, porque as empresas devem ter um batalhão de gente só para ter papéis em ordem para atender dia-a-dia as inspecções.

Primeiro-ministro “focal point”. O que acha disso?

Não é assim tão linear. O que nós temos hoje? Nós fomos para uma via da muito pequena reforma, porque não conseguimos fazer as grandes reformas, acordamos fazer pequeninas coisas. As reformas que deviam acontecer não acontecem, porque tudo indica que os outros ministros não estão coordenados com o Ministro da Indústria e Comércio designado para tal efeito – coordenação do diálogo e reformas necessárias para o desenvolvimento do sector privado. As alterações têm de ser profundas e não o que está a acontecer até agora. Para haver alterações profundas, devia existir um gabinete próprio ao nível da Presidência da República. Quem dirige o Conselho de Ministros é o PR e não o PM. É nosso entendimento que, em primeiro lugar, temos de acordar que a grande reforma é o que precisamos e não é um pequeno “tapa buraco” aqui, ali e acolá. Queremos desburocratizar aquilo que é hoje o ambiente de negócios. Para isso, entendemos que tinha que haver uma mudança

política grande ao nível do topo, aceitar que isto é um facto, aceitar que isto tem que ser mudado e criar os mecanismos para o efeito.

Tensão político-militar. É um assunto que não pode ser ignorado pelo sector privado.

Isto prejudica enormemente as empresas em todo o País. As empresas que estão no Norte precisam do abastecimento do Sul e o Sul precisa de trazer mercadorias do Norte. Só estamos a falar ao nível da estrada, mas vai muito mais longe que isso, porque, para além da perda de vidas, há a instabilidade que isto cria, que pára em grande os investimentos, o crescimento que a economia necessita, e, desta forma, entendemos que há muito mais que se deve fazer, e quanto mais tempo levarmos para resolver esta situação, pior vamos ficar. Para os empresários, haverá muito poucos que estão a beneficiar com esta situação, a grande maioria está a ser prejudicada.

Na sua óptica, quais são os sectores mais afectados?

Os transportes estão seriamente afectados por esta situação. A restauração, o alojamento, não só as estâncias turísticas, mas os pequenos hotéis existentes ao longo da EN1, com um acentuado nível de diminuição de ocupação que têm vindo a enfrentar.

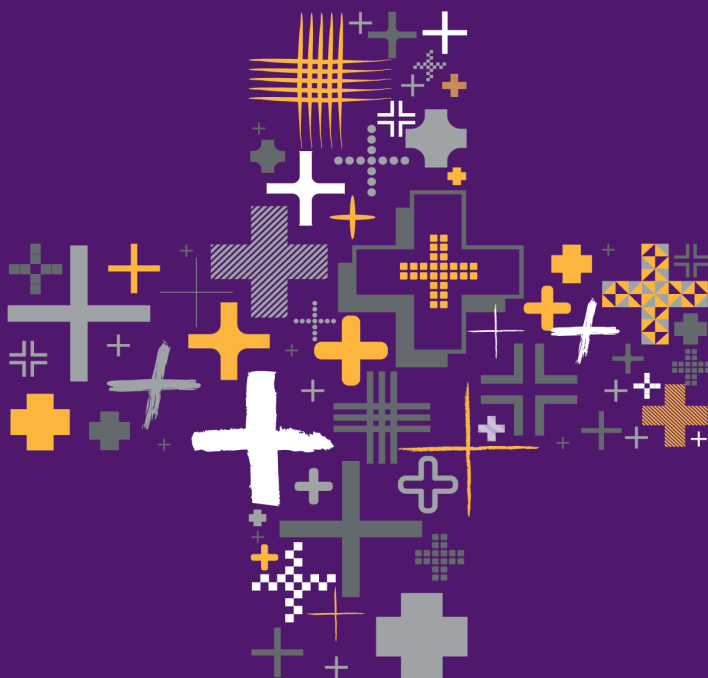
Qual tem sido o papel da CTA na busca de soluções?

Nós precisamos de ter um ambiente de negócios onde todos nós podemos participar. Este é um assunto de âmbito nacional e a CTA é uma das peças apenas. A sociedade civil, a CTA, o Governo, a Renamo, todas as forças vivas da sociedade. Temos que encontrar formas de poder sentar e discutir isto. A actual polarização do assunto entre o Governo e a Renamo não é o caminho certo. O caminho certo seria ter toda a sociedade civil, todos os empresários (CTA, neste caso) a participar e dar a sua contribuição também. ■



ACRESÇA CONTEÚDO LOCAL

ACIS tem o orgulho de anunciar o seu evento Business Link Tete, que terá lugar no Hotel Park Inn by Radisson, às 8h do dia 7 de Agosto de 2014. O tema deste prestigiado evento é "Acreça Conteúdo Local" e nós convidámo-lo a juntar-se à esta conferência de PME! Exponha seus produtos e serviços! Para mais informações sobre a participação e patrocínio, por favor contacte-nos através dos seguintes endereços de email: aciscoms@acismoz.com e acis.reservations@gmail.com



INCREASE LOCAL CONTENT

ACIS is proud to announce its Business Link Tete event which will take place at the Park Inn by Raddison Hotel at 8am, on 7th August, 2014. The theme of this prestigious event is "Increase local content" and we invite you to join the SME conference! Expose your products and services! For more information about participation and sponsorship, please contact us through the following email addresses: aciscoms@acismoz.com and acis.reservations@gmail.com





O **inBid** é uma plataforma digital de aquisições em Moçambique, promovida pela **ACIS**, em parceria com a **Pandora Box** (responsável pela gestão dos conteúdos) e a **ITMZ Serviços e Soluções** (responsável pela gestão das infraestruturas).

Qualquer instituição oficialmente registada em Moçambique pode ter acesso ao **inBid** e consultar gratuitamente informação sobre os concursos publicados na imprensa local durante a última semana.

Para ter acesso à base de dados de todos os anúncios de concursos disponíveis na plataforma basta registar-se como membro do **inBid**.

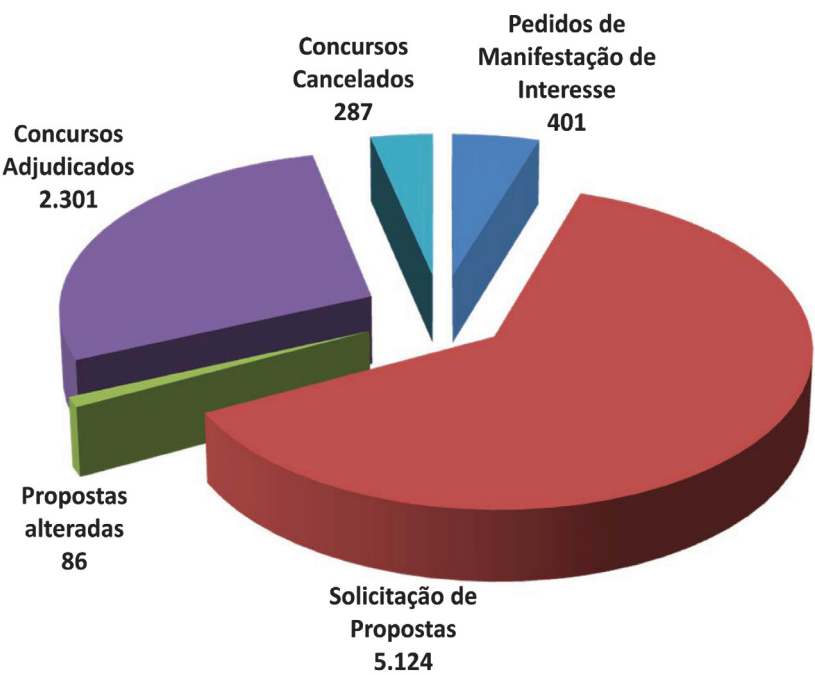
O registo de fornecedores na plataforma **inBid** é **gratuito até 31 de Dezembro de 2014**.

Terá direito a uma Área Pessoal na qual pode manter um perfil actualizado da sua instituição e os documentos que comprovam a sua elegibilidade para participar em concursos. Pode ainda interagir com os outros membros do **inBid**, lançar convites e receber propostas de aquisições

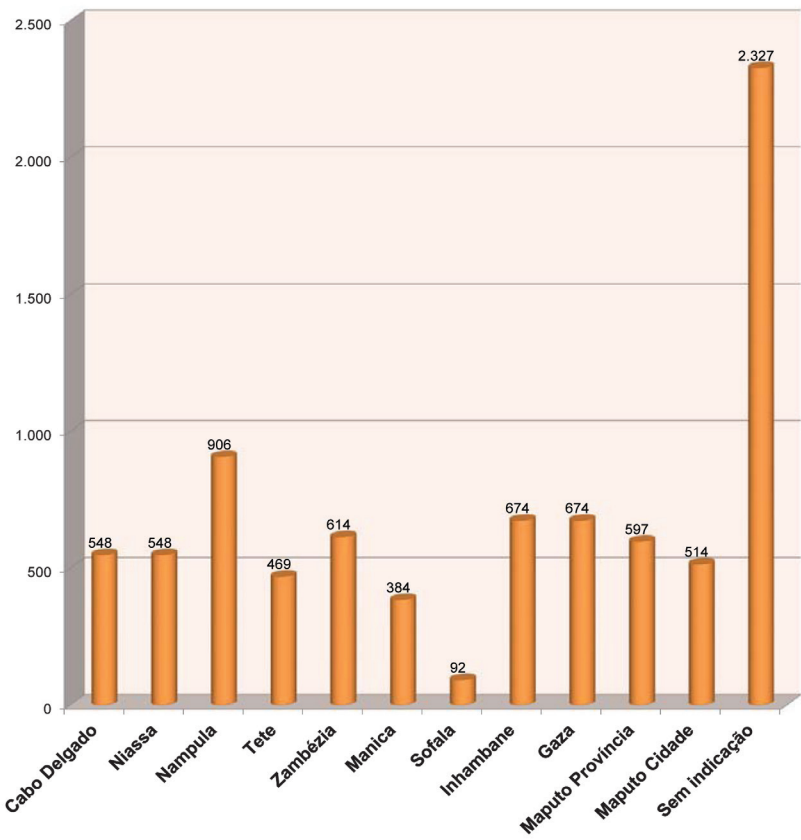
O **inBid** sistematiza os anúncios de solicitações de manifestações de interesse e de propostas, assim como de adjudicações e cancelamentos publicados diariamente na imprensa local, classificados por assuntos e por localização geográfica (Província). Apresentamos neste suplemento dados estatísticos e gráficos referentes aos concursos publicados no corrente ano.

Para mais informações visite-nos em www.inbid.net ou contacte-nos através do email info@inbid.net e telefones 21308040/41 ou 848997399 ou 823146330.

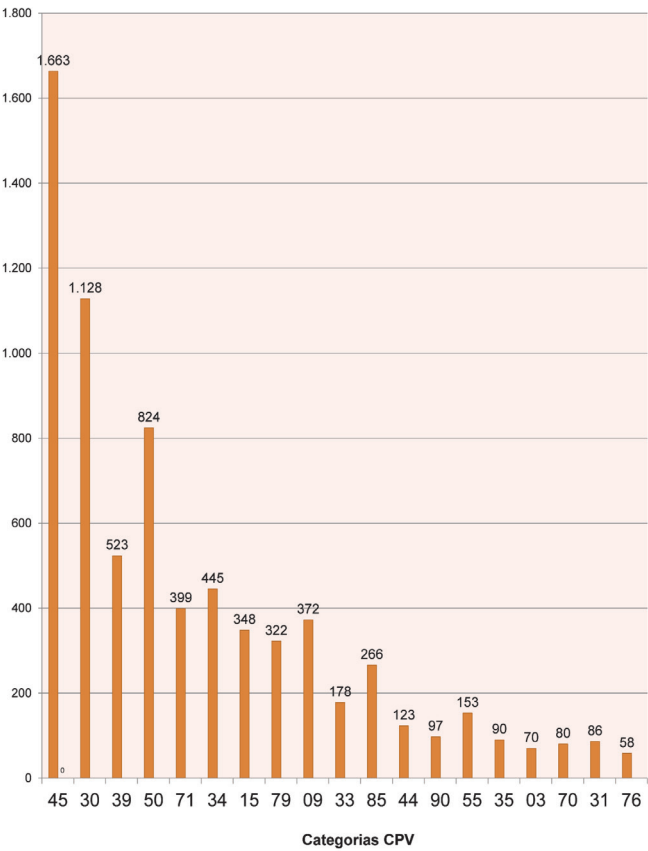
Total de Concursos Públicos por Situação
Ano de 2014 - 1 de Janeiro a 25 de Junho



Total de Concursos Públicos por Província de execução
Ano de 2014 - 1 de Janeiro a 25 de Junho



Total de Concursos Públicos pelas 20 Áreas Temáticas mais procuradas
Ano de 2014 - 1 de Janeiro a 25 de Junho



Categorias CPV	
45	Construção
30	Máquinas, equipamento e material de escritório e de informática, excepto mobiliário e pacotes de programas (software)
39	Mobiliário
50	Serviços de reparação e manutenção
71	Serviços de arquitectura, construção, engenharia e inspecção
34	Equipamento e produtos auxiliares de transporte
15	Produtos alimentares, bebidas, tabaco e produtos afins
79	Serviços a empresas: direito, comercialização, recrutamento, impressão e segurança
09	Produtos petrolíferos, combustíveis, electricidade e outras fontes de energia
33	Equipamento médico, medicamentos e produtos para cuidados pessoais
85	Serviços de saúde e acção social
44	Estruturas e materiais de construção; produtos auxiliares de construção (excepto aparelho eléctricos)
90	Serviços relativos a águas residuais, resíduos, limpeza e ambiente
55	Serviços de hotelaria, restauração e comércio a retalho
35	Equipamento de segurança, combate a incêndios, polícia e defesa
03	Produtos de agricultura, da pesca, da silvicultura e afins
22	Material impresso e afins
70	Serviços imobiliários
31	Maquinaria, aparelhagem, equipamento e consumíveis eléctricos, iluminação
76	Serviços relacionados com as indústrias do gás e do petróleo